

# “QUEM VAI TOMAR CONTA DA ÁFRICA?”: BRASIL E MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES SUL-SUL\*

Sandro José da Silva<sup>1</sup>  

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Walter Veloso Dutra<sup>2</sup>  

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## Introdução

**D**urante o Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, Nigéria, entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977, Abdias do Nascimento denunciou a relação amistosa e subserviente do Estado brasileiro para com o colonialismo português em África.<sup>3</sup> Ao elaborar sua denúncia, ele tocou no ponto sensível da imagem igualitária propalada pela diplomacia brasileira ao denunciar os efeitos do colonialismo e do racismo.

Este colóquio recomenda que o governo brasileiro concretize sua tão proclamada ‘amizade’ com a África independente e sua tão frequentemente manifestada posição anticolonialista, dando efetivo apoio diplomático e material aos legítimos movimentos de libertação nacional de Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.<sup>4</sup>

---

\* Os autores gostariam de agradecer aos editores da revista Afro-Ásia a oportunidade de publicar o presente texto, aos leitores do manuscrito e aos(às) pareceristas pelas valiosas contribuições, que foram observadas na presente edição.

1 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS)

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS)

3 Abdias do Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, São Paulo: Perspectiva, 2016, pp. 93-96.

4 Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro*, p. 49.

A contragosto do Ministério das Relações Exteriores, que buscou boicotar a participação de Abdias Nascimento, o modelo da “democracia racial” foi denunciado publicamente como uma estratégia política para acomodar as relações internas e externas que o Brasil mantinha com o colonialismo português. As razões diplomáticas brasileiras em relação à posição colonial compartilhada com Portugal nos países africanos foram denunciadas como normalização das relações raciais por parte dos agentes do Estado como uma teoria racial do Brasil. Sobre isso, Abdias Nascimento tocou num ponto extremamente relevante, pois denunciou o colonialismo praticado pelo Brasil em relação aos países africanos tomando como base a experiência brasileira desenvolvida internamente, a saber, a crença na harmonia entre as raças, na democracia racial e na superação das desigualdades pela via do desenvolvimento econômico. Com isso, o Estado brasileiro não apenas buscou se aliar ao Estado português na reorganização das relações com os países da África, mas impôs o seu próprio modelo cultural racista ao negar o racismo na construção de uma visão particular de nação. Suas reflexões sintetizam o esgotamento do modelo explicativo da sociedade brasileira pela via da economia da raça, mas nos dão pistas sobre como essa economia se reinventou e está em pleno funcionamento.

A elite brasileira produziu uma autoimagem cosmopolita e igualitária, e pouco se ateu a rever sob que fundamentos os subalternos estavam aí representados – pretos(as) e indígenas –, dando-os como sujeitos naturais tanto no sentido de sua constituição histórica – fruto da economia colonial –, quanto de seu destino racial – o desaparecimento pela via do branqueamento e da miscigenação –, ou econômico – a integração econômica como classe. A diplomacia brasileira emerge, nesse sentido, como um tipo de economia colonial da raça, que busca equalizar diferentes discursos sobre as fronteiras entre nações, as práticas governamentais e a reatualização do lugar da raça nas relações econômicas e de poder. Autores como Thiago Lima, Laura Waisbich e Lizandra Serafim argumentam que a política externa brasileira reflete a exclusão interna de grupos e interesses socialmente marginalizados

preteridos pela política de “uma só agricultura”, que privilegia o agronegócio. Tal modelo, marcado pela eliminação discursiva da agricultura familiar e camponesa, é exportada como um novo marco cognitivo da subalternização do campesinato familiar, considerado agora uma forma residual de economia.<sup>5</sup>

As bases das relações diplomáticas, nos contextos aqui analisados, estão fundamentadas em relações que tornem as fronteiras entre as nações porosas, produzidas sobre a afetividade que o Brasil pode oferecer, tais como o apelo à “amizade” e a “herança do povo africano”, ou, mais recentemente, à “dívida” em decorrência da escravização, que é compartilhada com outros agentes, como Portugal, em distintos projetos coloniais. Letícia Cesarino traça uma diferenciação entre três níveis de atuação relacionado à cooperação, na qual “o principal ímpeto da cooperação brasileira tem emanado não da própria indústria da cooperação, mas da diplomacia”.<sup>6</sup>

A autora demonstra a complexidade da análise do “objeto” cooperação, em que se destaca a negação, por parte dos burocratas, de que a relação Norte-Sul seja definida por relações de poder. Tal ímpeto pela despolitização de relações diplomáticas, sabidamente assimétricas, sugere que nos perguntemos sobre que bases culturais-simbólicas as diplomacias se afirmam quando têm que tocar em contextos históricos – como a posição colonial brasileira em relação aos países africanos – para projetar garantias de ganho no futuro.

No Brasil, a ênfase na construção do agronegócio foi decalcada de uma perspectiva racial e de classe que considerou que os ruralistas perfazem uma classe responsável pelo progresso econômico, moral e racial. Nesse sentido, na construção da justificação pública, eles não apenas produzem para o mercado global, mas também produzem o Brasil como

5 Thiago Lima, Laura Waisbich e Lizandra Serafim, “‘One Single Agriculture’: Dismantling Policies and Silencing Peasant Family Farmers in Brazilian Foreign Policy (2016-2022)”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 65, n. 2 (2022), pp. 1-21, e018 .

6 Letícia Cesarino, “Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira”, *Horizontes Antropológicos*, ano 20, v. 41 (2014), pp. 19-50 .

ideia política. O que na análise de Caio Pompeia trata-se de uma sinédoque cuja função é “simular uma representatividade superdimensionada para a opinião pública e o Estado” cuja consequência discursiva e prática busca sobrepôr o agronegócio à diversidade das demais agriculturas.<sup>7</sup> Recordemos que tal tendência triunfalista já se percebia nas políticas públicas do Estado do século XIX que financiaram a imigração dos “braços estrangeiros” como promessa de branqueamento do povo brasileiro e ocupação de “espaços vazios”.<sup>8</sup> Ou seja, a ideia de que o Brasil precisava ser produzido como nação que, segundo aquelas elites, não cabia aos povos indígenas, aos africanos e seus descendentes. Algumas gerações após essas ações afirmativas, nota-se a expansão da fronteira agrícola para o meio oeste do país – e depois para a Amazônia – sobre os territórios dos povos indígenas e quilombolas. O que foi uma política de Estado se converteu em uma identificação social e pertencimento do “imigrante”, que agora, mediante a nova geração de produtores das *neoplantations*, quer “redescobrir” a África e se tornar a elite agrária que fará convergir política e ciência em um projeto colonial sob dimensões globais.

## Elites e colonialismo interno

A diplomacia é vista comumente como facilitadora das relações comerciais entre nações. Quanto maior a diplomacia, maior sua atuação comercial, mas, igualmente, mais enfática é a construção da nação como objeto que se impõe nas negociações. Tanto a “nação” quanto o “interesse econômico” fluem nessas relações como algo de uma realidade dada e não como o resultado de investimentos para manter as hierarquias por meio dos discursos nacionais. A face “cultural” da diplomacia pode constituir

---

7 Caio Pompeia, “‘Agro é tudo’: simulações no aparato de legitimação do agronegócio”, *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 56 (2020), pp. 195-224 .

8 Giralda Seyferth, “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização” in Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996), pp. 41-58.

um objeto de análise significativo. Pouca ou nenhuma atenção é dedicada a vê-la como uma atividade simbólica, voltada a construir cenários, intenções e etiquetas próprias de relações que fazem confluir nações, povos e elites políticas e econômicas onde a nação é inteligível.

A diplomacia também não é percebida como um prolongamento, pela via da recriação de fronteiras entre povos, das relações coloniais, da guerra entre as nações como um fato das relações raciais. A diplomacia normatiza tais relações mediante sua escrita específica relacionando povos, fronteiras, nações e os modos de combiná-las, tornando-as realidades porosas segundo as conjunturas necessárias. Essa relação é normalizada também pela presença corporal dos diplomatas nos bastidores, nas festas e nas recepções e rituais de comensalidade, o aspecto menos dizível, mas evidenciado ao extremo, o corpo do diplomata. Aqui, o aspecto racial tem um papel fundamental exatamente porque está no plano indizível que justifica as relações de poder entre países e as moralidades que eles produzem sobre suas relações internacionais. O Brasil exhibe seus embaixadores brancos como sinônimo da política da miscigenação, afirmando-a como processo civilizatório, fazendo do corpo de embaixadores um discurso sobre as relações raciais de seu país que serve de exemplo sobre os comportamentos socialmente aceitos e valorizados em relação aos demais países.

Como pretendemos discutir, essa aceitação, embora se dê pela naturalização das posições sociais, externaliza o resultado de uma violência simbólica que oculta sua base racializada. Tais relações mostram faces conflitivas que são pulsantes e eclodem vez ou outra, denunciando a instabilidade do modelo das fronteiras nacionais. Um desses exemplos foi a constatação de que o “corpo diplomático” do Brasil na Conferência de Durban para discutir as desigualdades raciais em 2001 não tinha negros e negras entre seus membros.

Mas não é apenas a ausência de negros e negras no corpo diplomático que deve atrair nossa atenção. Ao focar construção das relações diplomáticas do Brasil com Moçambique, será nosso objeto de interesse a tomada de posição da diplomacia brasileira que viabilizou um cenário

de influência econômica e política naquele país calcado no mercado de *commodities*. Nessa tomada de posição, descreveremos a produção do lugar da raça nessas relações que, fazendo passar o país por avançado economicamente, autorizou a sua elite branca do agronegócio a produzir um discurso colonial e racista em relação aos países da África. Ou seja, à imagem comum de cooperação entre países do Sul caberá problematizar de que Sul estamos falando, de suas estratégias diplomáticas e como estas produzem suas relações de poder.

Embora o enfoque seja o período dos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2010), estendemos a análise ao período da Ditadura Militar (1964-1985), no qual o Brasil se debatia com sua posição incômoda de apoiador do colonialismo português em África, com o objetivo de fornecer elementos críticos às estruturas de dominação com base nas *plantations* contemporâneas e o lugar que as elites brancas brasileiras têm aí. Todas essas faces, como veremos, recebem o adoçamento do argumento freyreano das amizades longevas e imanentes, que fazem passar a diplomacia como política econômica irrecusável.

## **Gigante pela própria natureza**

Compõem o imaginário do Estado-nação brasileiro o pressuposto de que seu poder é oriundo de seu gigantismo e unidade nacional, bem como da diversidade social e cultural fruto da miscigenação presente em obras poéticas, artísticas e análises acadêmicas. Como argumentou Thomas Skidmore, resolver o problema da nacionalidade como efeito das desigualdades da raça ocupou boa parte dessas elites intelectuais.<sup>9</sup> Especialmente no período pós-abolição, o intuito era “resolver” o “problema do negro”, identificando como “solução” a miscigenação.

---

9 Thomas Elliot Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 383.

Tal perspectiva forjou uma imagem de identidade nacional que ficou indissociada do maior país da América do Sul em termos econômicos. Em termos simbólicos, tal imagem foi reelaborada pelos governos progressistas de esquerda mediante o desenho de um cenário de prosperidade e favorável à balança comercial capaz de combinar humanitarismo e apoio econômico e tecnológico.

Não é demasiado recordar que o Brasil foi o maior mercado de africanos escravizados no mundo, o que o colocou rapidamente no centro do expansionismo mercantil e, posteriormente, artífice indireto das transformações provocadas pela Revolução Industrial nos países do Norte Global. Como pretendemos discutir, esse período da história econômica, como um sombrio “legado”, passou por uma reelaboração tanto histórica quanto geográfica e étnico-racial. Dada a conjuntura de construção das relações diplomáticas, especialmente com os países africanos de língua portuguesa, sublinhou-se uma imagem nacional mais negra e mais africana para fazer com que as fronteiras entre essas nações se tocassem. No entanto, tais esforços não deixaram de reinserir o anacronismo das elites brancas brasileiras, que se pensam como portadoras de uma missão civilizacional. No presente artigo, interessa-nos descrever os usos políticos das premissas raciais mediante as quais o Brasil desenvolveu ações expansionistas buscando reconfigurar a si e aos seus novos parceiros comerciais no mundo do agronegócio. Nessa tarefa, interessa-nos descrever a adoção de jargões e vocabulários que reinventaram as posições coloniais, retomando imagens racializadas do passado para afirmá-las no presente.

O Brasil é a promessa de expansão mundial da exploração mineral e das *neoplantations* mediante maciço investimento público no setor de mineração, alimentos e produção de energia. A constante promessa de modernização da vida brasileira havia deixado para trás o discurso do país atrasado e dependente para assumir um papel de liderança no contexto dos países então considerados de terceiro mundo, mas que reeditava o jargão de que o Brasil era o país do futuro expandindo a fronteira agrícola

sobre as terras indígenas, negando os direitos territoriais dos quilombolas e, agora, ultrapassando o Atlântico em direção à África. Duas condições correlatas foram apresentadas por esse cenário colonial e tomadas como inevitáveis pelos responsáveis pelo crescimento econômico. A primeira delas é integrar o “consenso das *commodities*” como condição econômica e a segunda é ampliar as “zonas de sacrifício” como condição moral do preço do desenvolvimento, mas pago por povos originários.

## Produzir novas fronteiras

A conjuntura de um Brasil líder no cenário mundial não seria inteligível se não observássemos o conceito de “consenso das *commodities*”, desenvolvido por Maristella Svampa especialmente para os eixos que o tornaram evidentes nas economias da América Latina nos primeiros anos do século XXI.<sup>10</sup> A autora sublinha a contradição entre as superpotências mundiais e a persistência do modelo primário subjacente à superexploração do trabalho e da natureza, deixando um rastro que combina desestabilização das nações, dos povos e modos de vida tradicionais. Se, no passado, o “desenvolvimento” foi o grande lema do engajamento para iluminar um novo mundo, antes pobre e desorganizado, agora a destruição inevitável é o artefato que os governantes ostentam para seus súditos como o preço a se pagar para evitar a aniquilação. Como veremos adiante, o tema do “consenso das *commodities*” tem uma base racial preponderante, uma vez que ele está baseado na expropriação das terras ancestrais fruto da concertação das elites brancas mundiais sobre os governos e seus investimentos econômicos.

Dentre a série de características elencadas por Svampa, gostaríamos de destacar o que ela classifica como “reprimarização” da economia, ou seja, o financiamento de atividades com escasso valor agregado. Embora com economia diversificada, o Brasil optou pela

---

10 Maristella Svampa, “Consenso de las commodities: y el lenguaje de la valoración en América Latina”, *Nueva Sociedad*, n. 244 (2013), pp. 30-46 .

mineração e agroindústria, cuja demanda por terras e insumos moveu a roda dessas economias altamente dependentes. Reprimarizar traz uma referência contraditória do atraso como sucesso, da força do primordial que repousa no campo e sua gente. Trata-se não somente de referência à economia de caráter básico, mas da relação dessas economias com formas de governo específicos que renunciam a garantias constitucionais democráticas. Reprimarizar aponta para uma economia política de um tempo pré-capitalista ou feudal, relacionada a alianças e compromissos não ordenados por lógicas públicas e democráticas, mas sim por acordos internacionais de pequenos grupos privados que controlam recursos em dimensões transnacionais.

Observa-se que as solidariedades se dão em termos de grupos que governam as realidades territoriais em seus países, mas que também, como é o caso aqui analisado, se voltam às formas de ocupação neocoloniais fora de seus territórios, fazendo-as sob justificativas que evocam os tempos primários de uma suposta evolução das nações e de seu povo. Nessa política de expansão, a referência que se destaca é a da “cooperação”, eufemismo para justificar a emergência de novas formas de expansão do capital via a territorialização indireta das nações: não mais a guerra, a invasão, o exercício do governo indireto via sistema colonial, mas a cooperação entre os que aspiram ao desenvolvimento e os que já o atingiram. O Brasil, nessa linha de argumento, se posicionou como país mais adiantado em termos sociais e econômicos e deveria cooperar com os países que estão mais “atrasados”. Ao exportar a cooperação, exportaria também o modelo de atraso no qual se enredou ao aderir ao consenso das *commodities*, lançando seus parceiros ou ratificando sobre eles relações de expropriação agudas. A cooperação se converte em reprimarização das economias já consideradas periféricas. Ademais, como demonstra Pompeia, a própria construção da categoria “agronegócio” é o resultado de “concertação política” de setores agroindustriais dispersos que se converteram em sinônimo de cooperação para centralização de investi-

mentos públicos.<sup>11</sup> Tal “concertação política” teria sido uma resposta à crise mundial para a obtenção de terras agricultáveis que se voltou para os territórios dos povos originários. Conhecida como *land grabbing*, ela não se resume à expropriação fundiária, mas a formas de governo privado sobre recursos políticos e econômicos. No Brasil, tal concertação, por exemplo, teve início nos anos 2000, e contribuiu para a queda do governo petista em 2016 e, posteriormente, a supressão das políticas públicas da agricultura familiar e direitos dos povos indígenas e quilombolas.<sup>12</sup>

O “desenvolvimento” via “cooperação” emerge como sinônimo de múltiplos significados, seja do papel que o país deve desenvolver no apoio a “países em desenvolvimento”, como Moçambique (que, junto aos camponeses, se mistura como espécie de ajuda humanitária), seja do setor de *commodities* do agronegócio – como parte de acordos internacionais para tomar parte no jogo mundial com parceiros mais bem posicionados.

Nesse sentido, interessa-nos essa faceta da “cooperação” e seus desdobramentos na organização do imaginário colonial, especialmente pela carga simbólica que ela tem arregimentado para se fazer compreendida e sentida no cenário mundial. A África emerge nesse imaginário de maneira particular, denotando ao mesmo tempo uma “potência” que precisa ser “domesticada” por um país que escolheu a democracia e a cooperação. Esse reposicionamento no mundo das nações se dá mediante a reelaboração da história, na qual o Brasil assumiu ter uma dívida histórica para com alguns países africanos, a ser saldada como parte das relações da diplomacia.

Não é nosso objetivo realizar uma análise de cunho econômico, tampouco da engenharia envolvida no estabelecimento desse conjunto de negócios via diplomacia. A abordagem que propomos é sublinhar em que medida os elementos simbólicos construídos para dar suporte a relações econômicas são imaginados como elementos eficazes na organização dos significados da expansão territorial brasileira sobre outros territórios

---

11 Pompeia, “‘Agro é tudo’”, p. 202.

12 Lima, Waisbich e Serafim, “One Single Agriculture”, pp. 4-11.

africanos. Ou seja, como a diplomacia faz passar os negócios que, calcados na produção de alimentos, se vale das desigualdades raciais para justificar o modelo econômico das *commodities*.

## Uma história entre Atlânticos

Observam-se os esforços dos governos brasileiros em se orientar para o que se imagina como seu papel internacional, tanto em relação ao Norte quanto ao Sul, para os arranjos de negócios globais. Entra em cena novamente a razão econômica como aspecto central da explicação e implicação do Brasil no novo cenário mundial, mas carregado de um novo simbolismo, com o aval que os governos pós-Ditadura Militar deram ao projeto, dado seu apelo mundial pelo combate à fome.

Escolhemos um documento oficial que condensa esses pontos de vista por julgar que ele carrega um “currículo oculto”, com leituras específicas sobre a esperança brasileira na África, tanto para a diplomacia entre as nações quanto para o relativo “clima” de negócios, o qual também precisa ser apaziguado, disciplinado e promovido. Tais projetos propõem-se abrir caminhos, pois são uma forma de palmilhar terrenos imaginados em busca das ocasiões propícias para reinventar posições sociais e políticas.

*Pontes sobre o Atlântico* é um documento recente elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e pelo Banco Mundial, no qual se afirma que as relações entre Brasil e os países africanos foram marcadas, além da semelhança geográfica, pela dependência econômica e pelo sistema escravista. Em síntese, argumenta-se que “a história das relações afro-brasileiras também inclui a troca de diversas outras *commodities* [...], bem como a transferência social de habilidades e o intercâmbio político e cultural”, onde “Angola torna-se cada vez mais dependente do Brasil, do século XVI até o início do século XIX”, enquanto tornava-se “um apêndice verdadeiro do Brasil no século XVIII”.<sup>13</sup>

---

13 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p. 31.

Sublinhamos a forma oblíqua com que a escravização africana por traficantes brasileiros e portugueses é reinterpretada pela agência como “transferência social de habilidades e o intercâmbio político e cultural”,<sup>14</sup> o que se reflete em uma construção que busca descaracterizar o infame comércio por uma linguagem que deixe plana e bastante rasa a história do tráfico negreiro, pronta para os sulcos profundos da linguagem da dívida econômica que transforma povos em nações dependentes.

O relatório se detém na reorganização do “interesse” entre os dois países ao mostrar os significados políticos da descolonização na relação entre África e Brasil. Em princípio, analisa-se que o que “uniu” Brasil e alguns países de África em algum lugar no tempo e no espaço, os desuniu em outros. Enquanto a África foi vista sob as lentes coloniais dos brasileiros, interessados no rendoso tráfico, ela permaneceu atraente. Enquanto ela foi modelo de explicação de nossa doçura endógena e senso de desapego e estoicismo para erguer uma nação sobre suas costas, ela permaneceu emudecida por intelectuais-governantes-médicos. Na medida em que o eixo civilizacional reorganizou seus olhares para o Norte, a África sumiu do horizonte das elites brasileiras.

Argumenta-se que a guinada das elites brasileiras para a Europa no século XIX fez desaparecer o “interesse” pelo continente africano, enquanto no Brasil, “as desvantagens econômicas e educacionais, [...] praticamente marginalizavam brasileiros de descendência africana, privando-os dos benefícios da modernidade e do progresso”.<sup>15</sup> O “praticamente” é importante porque, de um ponto de vista qualquer nessa trajetória, os laços nunca se perderam e poderiam realimentar o renascimento de novas oportunidades. De outro lado, dá-se um salto entre momentos históricos bastante distintos para conectar as desigualdades econômicas e sociais apenas como o efeito da servidão, e não de uma engenharia global da exclusão na reorganização global do capital. Como uma forma de Iluminismo, trata-se agora de diagnosticar em que período do tempo a África ficou estacionada para lhe

---

14 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, pp. 30-31.

15 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, pp. 31-32.

dosar os remédios da irmandade que apenas o Brasil poderia conhecer e que envolve, entre outras coisas, a igualdade de oportunidades.

Nessa direção, tal documento – como projeto que materializa os anseios de uma classe sobre os demais – busca desenhar em que cenários seriam possíveis uma cooperação econômica Sul-Sul para o desenvolvimento de países emergentes como o Brasil e a comunidade dos países africanos, aumentando as chances daqueles que investem seus diferentes capitais nessa nova fronteira econômica e epistêmica. Mas, para isso, não bastam novos acordos econômicos, é preciso reconstruir ao menos simbolicamente tais relações, conferindo a elas um passado ainda por ser apropriado e um futuro com muitas projeções numéricas e expectativas de ganho.

Ao começar pela “história”, o documento expressa uma tomada de posição que evoca dois objetivos: o primeiro deles é se afastar de interpretações marginais, ou fazê-las parecerem marginais, dados os seus argumentos “fora de lugar”, como apresentar as faces da população africana; o segundo, é distanciar-se de si próprio como discurso pela constituição de uma perspectiva distinta do desenvolvimento nos países “do terceiro mundo”, vigente na política do Banco Mundial estabelecida como parâmetro universal em meados do século XX. Naquele momento, os diagnósticos apontavam que

as filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm que desintegrar-se; os laços de casta, credo e raça devem romper-se; e grandes massas de pessoas incapazes de seguir o ritmo do progresso deverão ver frustradas suas expectativas de uma vida cômoda. Poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico.<sup>16</sup>

Pelo contrário, busca-se agora reinterpretar tais vínculos e, embora ainda haja um preço a ser pago, trata-se de cumprir um cronograma de um mundo em transformação e cujo maior agente é o governo

---

16 Arturo Escobar, *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*, Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010, p. 221, tradução própria.

brasileiro, ainda que, como queremos demonstrar, essa seja uma alegoria para interesses heterogêneos de empresas multinacionais e acordos com países do Norte Global.

Nesse sentido, o documento busca elucidar os objetivos das relações diplomáticas dando ênfase às extremidades: de um lado, a denúncia da fome e o subdesenvolvimento e, de outro, a história, o povo e a dívida que unem Brasil e África. Isso porque tais descrições criam as próprias realidades sobre as quais desenvolvem seus interesses analíticos e políticos, ou seja, sob a aparência de descrever os problemas do mundo, “de fato constroem a realidade social”.<sup>17</sup> Como essa relação é evidenciada?

Em primeiro lugar, o documento busca estabelecer relações entre o “novo” Brasil e a “nova” África a partir de uma agenda bastante complexa. Evocam-se, para isso, vários argumentos heteróclitos, que vão desde o período geológico da união entre o que é hoje a América e a África e a mudança no “pêndulo” dos interesses do Brasil do Norte para o Sul, até a composição de empresas “brasileiras” em África.<sup>18</sup>

Em segundo lugar, embora o interesse do estudo diplomático como justificção de intervenção seja demonstrar a viabilidade econômica dos países africanos com os quais o Brasil tem relações diplomáticas, trata-se de ater-se ao novo campo de “interesse” econômico e “abandonar atitudes discriminatórias do ponto de vista cultural em favor de uma abordagem mais pragmática e estrutural de cooperação com as novas elites africanas”.<sup>19</sup>

Em terceiro lugar, busca-se constatar o crescente “ativismo da sociedade civil, tanto no Brasil como [...] [nos países africanos], em que grupos não governamentais desenvolvem novos e inovadores canais de cooperação para o desenvolvimento”.<sup>20</sup> Ou seja, o relatório, como obra de intelectuais de Estado, preenche uma lacuna do campo simbólico das repre-

---

17 Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 159.

18 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, pp. 28-35.

19 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p. 34.

20 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p. 34.

sentações sociais tanto da sociedade civil brasileira quanto da africana, o que serve de justificação aos projetos econômicos.

Em quarto lugar, tal justificação está marcada pelo pragmatismo econômico sobre as relações desiguais inscritas nas memórias de cada povo, pela adoção do “comércio, cooperação e intercâmbios políticos entre estados democráticos estáveis, sem esquecer a dívida política e emocional do Brasil com [...] [alguns países africanos], incorrida durante o tráfico de escravos que durou séculos”.<sup>21</sup>

## A dívida histórica

Como se depreende do documento diplomático, ao lado de aspectos tidos como racionais – a necessidade de olhar para a frente e fazer negócios –, encontra-se um apelo subjetivo ao passado, à herança escravista e às dívidas ainda não contabilizadas por ambas as partes. Nessa contabilidade neocolonial, o Brasil emerge como devedor e Angola, no caso em tela, um credor cuja dívida não tem data para expirar. Uma economia singular em que quem deve define como tal dívida será paga. Tais argumentos parecem corroborar com a imagem de que o Brasil, dada sua posição mundial no eixo Sul, continuará em uma relação neocolonial com os países africanos, pois a dependência em relação ao Brasil seria comparativamente melhor à observada com países do eixo Norte. O tema não é novo e uma breve revisão das iniciativas diplomáticas brasileiras pode nos dar pistas importantes sobre os caminhos de produção da posição brasileira em relação à África.

A crítica à postura colonial do Brasil em relação a África foi objeto de reflexão tanto por diplomatas quanto por intelectuais. Historiadores e sociólogos, como Gilberto Freyre, deram suas opiniões, ainda no início da iniciativa diplomática brasileira, ao sugerirem a maneira culturalmente adequada de aproximar a economia dos países, uma vez que a miscige-

---

21 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p. 34.

nação racial já os unira no passado. Freyre, ao delinear o papel conciliador que no Brasil desempenhara na construção de sua “democracia étnica”, argumentou em favor da “posição” ocupada pelo Brasil, pois este

está em posição ideal para cumprir essa missão, visto que, apesar de algumas imperfeições, é já uma avançada democracia étnica; e muito embora seja predominantemente europeu, em seus principais estilos de civilização, sua cultura também absorveu numerosos valores africanos e alguns asiáticos.<sup>22</sup>

O argumento culturalista, já consagrado em outras obras do autor, advertia, no entanto, que não bastava aos brasileiros terem “considerável sangue não europeu – negro-africano, oriental e ameríndio” nas veias para garantir uma boa diplomacia com as ex-colônias de Portugal. Com “tato e sabedoria”, era preciso levarem em consideração a relação histórica do Brasil com Portugal e não ferir as próprias raízes. Isso porque as dificuldades que o próprio país enfrentava em sua estabilização política e econômica eram vistas como resultado de má diplomacia, própria de um país novo nesse mister. “Raízes” que Freyre classificou como

uma inclinação para serem anárquicos, utópicos em seu liberalismo, excessivamente livres de obrigações rígidas, quer para com o Estado, e quer para com sua tradição política. São notórios, não só por seu amor à liberdade, mas também por seu gosto pela novidade. Ao mesmo tempo possuem o senso de ordem, que falta a alguns de seus vizinhos hispano-americanos.<sup>23</sup>

Freyre antevia um lugar de protagonismo do Brasil que ia além das condições linguísticas, ecológicas e geográficas e que podia ser destacada a partir da adoção da “mesma política indiscriminada de ‘anticolonialismo’ em relação à África Portuguesa, como a que vem sendo seguida pelos líderes políticos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos”. A maioria dos povos da África, segundo Freyre, “olham para o Brasil etnicamente

22 Gilberto Freyre, “Ideias errôneas sobre o Brasil”, *Revista brasileira de política internacional*, 1962, v. 5, n. 18, 1962 [↗](#).

23 Freyre, “Ideias errôneas sobre o Brasil”, p. 292.

democrático como seu líder natural”, pois o “Brasil não é apenas contra um tipo de racismo – o europeu – mas também contra o racismo africano e contra o racismo asiático”.<sup>24</sup>

Muitos autores discordam dessa perspectiva e veem o Brasil da época da descolonização bastante submisso à atitude imperialista portuguesa em relação às suas ex-colônias. Mesmo nessa última observação, Freyre revela uma crítica velada ao panafricanismo e à construção política de um eixo de países africanos, visto como uma forma de isolamento raciaalista, contrário a seu modelo político da mistura racial e coesão nacional.

Bem, mas afinal, o porquê de Freyre entrar nessa formulação do papel histórico do Brasil é um tema passível de maior investigação. O que nos parece relevante é que ele tenha inspirado outras gerações de diplomatas e pensadores da diplomacia a partir de seu modelo histórico que apela para a construção de uma hierarquia civilizatória advinda do tipo de democracia étnica brasileira. Ou seja, uma divisão social do trabalho que, a despeito das relações diplomáticas, apela para uma noção de tempo que está associada à vida política dos países e seu capital civilizacional. Daí as advertências para a unidade nacional como “valor que os brasileiros têm em alto apreço, como herança da colonização portuguesa e católica do Brasil e da sua experiência monárquica”,<sup>25</sup> em oposição ao espírito das guerras e conflitos que se multiplicaram pela independência dos países africanos de suas metrópoles e a crítica à discriminação racial como fundamento do colonialismo.

Outros analistas denunciaram a postura aliada à Portugal, que se manteve até os anos 1960. Skidmore, por exemplo, denunciou o anacronismo no qual as elites no Brasil ficaram presas ao defender o branqueamento pela miscigenação, enquanto os países do Norte ampliavam sua crítica decolonial. O autor demonstra que a ditadura militar chegou a omitir o quesito raça do censo nacional por suas elites considerarem que

---

24 Freyre, “Ideias errôneas sobre o Brasil”, p. 295.

25 Freyre, “Ideias errôneas sobre o Brasil”, p. 293.

não havia correlação entre raça e pobreza, por exemplo.<sup>26</sup> Esse arranjo intelectual de Freyre permaneceu como modelo de explicação do Brasil, ecoando o “lusotropicalismo” nos anos 1950, em consonância com a diplomacia portuguesa, que buscou reconstruir sua imagem racista e colonial em África.

O documento produzido pelo Ipea, que tem como subitem “de um passado incerto para um futuro promissor”, não registra a perspectiva africana, supondo que as relações comerciais com o Banco Mundial em seu escritório africano falem pelos países do continente. Ao longo do documento, não encontramos nenhuma menção aos demais agentes – como os “camponeses” –, mas à “dívida histórica” do Brasil com alguns países africanos. Essa dívida é importante para o argumento do então presidente Lula quando este se referiu aos “laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva a suas enormes potencialidades”.<sup>27</sup> Portanto, uma remodelagem que busca redimensionar a posição das nações e redesenhar as relações históricas entre elas. Sublinhamos que não é qualquer África que interessa no arranjo do consenso das *commodities*, mas aquela que pode ser capturada pelos esquemas econômicos pacificados pelas ações governamentais e remodelada territorialmente pelos agentes de Estado no trabalho de cooperação.

De fato, que modelagem é essa e quais os efeitos que ela tem provocado na “ponte sobre o Atlântico” é uma questão que sugere maior atenção, especialmente porque pretende conter novas perspectivas tanto em face das teorias da dependência quanto do período dos governos militares.

---

26 Skidmore, *Preto no branco*, p. 264.

27 Citado por: Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p. 43.

## Moçambique entre gigantes

O enredo desses diferentes pontos de vista sugere que o conflito em torno da disputa por terras não se deve somente a uma tensão entre nações, empresas e camponeses, mas pode renovar perspectivas sobre os governos e sua base simbólica, política e econômica que repõem e reeditam os sistemas mundiais de dominação e reprodução da desigualdade. Nota-se, a esse propósito, o interesse dos governos brasileiros no desenvolvimento de boas práticas de governo que aumentem a segurança jurídica global com o intuito de evitar conflitos nos países africanos que possam colocar em risco os projetos econômicos de suas elites. Nessa concertação, não haveria mais países, mas regiões protegidas por contratos entre corporações, cujas fronteiras reelaboram os pertencimentos à cidadania ou simplesmente os suprimem.

Em Moçambique, os “agricultores familiares” estão rediscutindo seu direito ancestral à terra também como uma tomada de posição frente ao projeto de desenvolvimento da agroindústria da soja brasileira naquele país, denominado ProSAVANA.

O ProSAVANA é um programa de cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique que tem, em seu conceito, a promoção do desenvolvimento agrícola regional do país africano a partir da tecnologia desenvolvida e acumulada pelo Brasil em programas implementados no cerrado brasileiro, cabendo ao governo japonês a realização de investimentos para construção e reabilitação de rodovias, expansão e reabilitação de portos, construção de escolas, hospitais e estudos para desenvolvimento da região.

Como se sabe, a tônica dessas políticas é abrir as fronteiras do território moçambicano e “integrá-lo” ao sistema mundo global das *commodities*, naquilo que Achille Mbembe, analisando a obra de Heidegger, chamou de “a era do gigantesco”.<sup>28</sup> Como se a África nunca tivesse desde há muito “integrada”, tais projetos buscam dar a entender

---

28 Achille Mbembe, “As formas africanas de auto-inscrição”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1 (2001), pp. 171-209 .

que a História começará de um ponto zero imaginado por eles como um tempo vazio em que ninguém sabe nada e que tudo precisa ser planejado. Tal imaginação inclui muitas cifras, parcerias, riscos e coisas próprias de uma linguagem economicista. Ela inclui também uma certeza cinzenta de que deixados por si mesmo, tais povos tornarão a naufragar na História.

Tal condição de “soberania fora do Estado” estaria marcada por duas características da globalização: a espacialidade, na qual sempre está em jogo uma grande extensão de terras, pessoas, fomes, grãos e, além disso, a solubilidade dos espaços/territórios locais por um projeto transnacional que redima o povo e seus governantes de sua condição colonial.

A dimensão dessa soberania está imersa em um jogo de escalas temporais, na qual a História é externa e vem de fora de África. Nela, o passado africano é visto como diferença que deve ser convertida num presente global sobreposto às formas de viver e pertencer. O futuro está, por sua vez, a ser realizado como universalização da cidadania ao custo da conversão e assimilação, desconectada dos valores tidos como subjetivos e pré-modernos.

Mbembe salienta que a calculabilidade tem por finalidade reduzir a termos econômicos a vida mais corriqueira. Mediante esse cálculo, não apenas o trabalho ganha outro valor sobre aquele ao qual estava conectado, mas este desconecta relações locais para afirmar novas supremacias transnacionais, reduzindo as subjetividades e sobreposições para que possam ingressar em um mundo-mercado que domestica todo o resto. Note-se, no entanto, que os termos vazios desse cálculo são preenchidos pela linguagem da cooperação e da diplomacia, humanistas em seus modos e intenções, mas que contrastam com o cálculo que governa as práticas culturais e políticas. O mundo-mercado “não têm mais como seu objetivo a sujeição dos indivíduos nem o gozo do poder sobre a vida em si mesmo. Sua função é abolir qualquer ideia de ancestralidade, e, portanto, qualquer dívida em relação a um passado”.<sup>29</sup> Muito embora o apelo à afetividade das relações entre países seja endossado pela diplomacia, o imaginário

---

29 Mbembe, “As Formas Africanas”, p. 197.

que se coloca como chave dos negócios é a soberania brasileira sobre a generalidade da vida africana. Desce-se então ao espaço onde terra, gente e capitais compõem uma zona cinzenta de fronteira.

Representantes do agronegócio e do projeto ProSAVANA previram que Moçambique seria, sem o tom ponderado e civilizacional do relatório do Ipea visto anteriormente, a “nova fronteira agrícola brasileira” e já comemoravam classificando a região de Nacala, com 6 milhões de hectares de terras “disponíveis”, de um novo “Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China”.<sup>30</sup>

Na mesma matéria, Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, externa uma preocupação *sui generis*: “Quem vai tomar conta da África? Chinês, europeu ou americano? O brasileiro é que tem conhecimento do cerrado”, ainda mais porque “hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza de área”. A esse respeito, a própria Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), responsável pela cooperação tecnológica, tem uma fórmula para a ocupação de Nacala: “Nessa região, segundo um de seus diretores, metade da área é povoada por pequenos agricultores, mas a outra metade é despovoada, como existia no oeste da Bahia e em Mato Grosso nos anos 80”.<sup>31</sup> Essa afirmação contradiz os dados de outras pesquisas que apontam, entre outras coisas, a “re-colonização” de territórios e “das pessoas” pelos esforços do mercado da agroindústria.<sup>32</sup>

Para aquecer ainda mais os ânimos, a matéria veicula a opinião do então ministro da agricultura moçambicano José Pacheco de que o ProSAVANA é “o projeto do século” e “os agricultores brasileiros têm

---

30 Patrícia Campos Mello, “Moçambique oferece terra à soja brasileira”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2011 [↗](#).

31 Mello, “Moçambique oferece terra à soja brasileira”.

32 Elizabeth Alice Clements, “Brazilian policies and strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South cooperation and the case of ProSAVANA and PAA”, Master’s Thesis (Master of Geography), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015, p. 278 [↗](#).

experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram no cerrado [brasileiro] 30 anos atrás”.<sup>33</sup>

O sistema chamado *landgrab* – traduzido por “usurpação” em Moçambique –, em que as terras agricultáveis são exploradas para atender o mercado mundial, tem sido apontado como um novo e promissor arranjo político-econômico para a produção de *commodities*. Em tal sistema, megaempresas compram a produção de agroindústrias que foram financiadas por acordos entre países em desenvolvimento. Estima-se que o giro desses negócios aqueça os mercados locais e faça aumentar o nível de renda e, em consequência, o desenvolvimento humano, já que os pacotes tecnológicos são acompanhados de promessas de transferência de tecnologia. No entanto, Clements sugere que há uma hierarquização dos projetos brasileiros quando em solo moçambicano, pois enquanto o ProSavana recebe atenção especial do governo e dos produtores mais bem posicionados no país, a Política de Aquisição de Alimentos, que interessa apenas aos “agricultores familiares”, sofre ameaças constantes.<sup>34</sup>

Uma das organizações de camponeses moçambicanos se posicionou sobre o ProSavana interpondo um conjunto heterogêneo de argumentos, tais como a manutenção das fronteiras nacionais, a sustentabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar visando o histórico de destruição dos ambientes naturais e sociais observados no cerrado brasileiro. Em denúncia recente, esses camponeses, organizados em torno da União Nacional dos Camponeses de Moçambique (Unac), notam que o ProSavana demanda 4 milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala (14 distritos das Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia), colocando em risco a agricultura camponesa, que “é o pilar da economia local e contribui para manter e aumentar o emprego rural, permitindo a sobrevivência das cidades e aldeias e que as coletividades reforçam a sua própria cultura e identidade”.<sup>35</sup> A denúncia elaborada pela Unac condena

---

33 Mello, “Moçambique oferece terra à soja brasileira”.

34 Clements, “Brazilian policies and strategies”, p. 212.

35 União Nacional de Camponeses (UNAC), *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana*, 11 out. 2012 [↗](#).

as remoções dos camponeses, que são “os guardiões da vida, da natureza e do planeta”, e a “vinda em massa de fazendeiros do agronegócio brasileiro, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais” a exemplo do que ocorreu no Cerrado brasileiro, “[o] que levou a uma degradação ambiental e à quase extinção das comunidades indígenas que viviam naquelas áreas”.<sup>36</sup>

Como se depreende da denúncia da Unac, não apenas os mercados globais estão conectados, como também as estratégias de resistência dos camponeses se mostram importantes. Desse ponto de vista, interessa aqui a localidade como uma configuração de posições sociais no campo político. Trata-se de descrever os cenários da construção de territorialidades específicas e suas ancoragens práticas, tais como as agências internacionais, as mudanças climáticas e os discursos sobre a fronteira étnica que, com pesos distintos, têm servido de apoio aos direitos territoriais desses povos.

Interessa-nos ainda as construções do sistema neocolonial, especialmente as relações entre tempo, espaço e cálculo que buscam produzir um mundo sem fronteiras pela denegação das complexas relações de força que permeiam o exercício do poder corporativo e seus efeitos nas comunidades locais.

O apelo ao imaginário colonial que sobrepôs o mapa ocidental sobre os povos africanos no século XIX, a afirmação das fronteiras pós-coloniais e o recrudescimento dos Estados nacionais, até o desmanche que se anuncia das fronteiras pós-coloniais em favor da nova configuração global, repõem constantemente o problema das formas de governo em face das condições globais da economia e nos lançam inquietantes questionamentos sobre as formas de mediação e interação nesses cenários.

---

36 UNAC, *Pronunciamento*.

## Cavalo de Tróia

Se o Brasil quer ensinar a países africanos, como Moçambique, como “matar a fome”, sob quais condições essa tarefa tem sido desenvolvida? Uma radiografia do que tem sido o agronegócio no Brasil nos dá um retrato bastante pessimista, a curto e médio prazo, que os africanos terão de enfrentar, uma vez que o que se exporta não é apenas a cooperação econômica, mas a predação da natureza e dos modos de vida de camponeses, quilombolas e povos originários.

Os dados da International Land Coalition de 2012, produzidos a partir de séries oficiais do censo brasileiro, mostram informações muito contundentes sobre as razões da exportação do modelo de agronegócio proposto via mediação brasileira, responsáveis não apenas pela concentração de terras na mão de grandes corporações, mas pelo estabelecimento de um poder hegemônico em nível governamental e de concentração de renda e investimentos.<sup>37</sup>

Segundo o estudo, ancorado na produção de *commodities*, “o agronegócio no Brasil também se constitui em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses”, que, como se sabe, são os “responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos destinados à economia doméstica”.<sup>38</sup>

Isso leva a cifras preocupantes tanto em relação à concentração da terra como à participação na renda global por parte dos camponeses, pois a correlação desigual entre posse da terra e produção indica que, embora o agronegócio “tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62%, ou 89 bilhões de reais”.<sup>39</sup> Se comparada com a agricultura camponesa para o mesmo período, teremos que esta utilizou 38% das terras, mas gerou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da

---

37 Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch and Elienai Constantino Gonçalves. *Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil*, Roma: International Land Coalition, 2012, p. 63, tradução nossa, [↗](#).

38 Fernandes, Welch and Gonçalves, *Land Governance in Brazil*, p. 11.

39 Fernandes, Welch and Gonçalves, *Land Governance in Brazil*, p. 11.

área total, que emprega 74%, enquanto o agronegócio emprega em torno de 26% do pessoal.<sup>40</sup>

Esse modelo denota também que o uso de recursos públicos atende muito mais o agronegócio do que os camponeses. Segundo os dados analisados aqui, 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas.<sup>41</sup>

Se, no plano do poder executivo, observa-se a produção da desigualdade com base na negação ao acesso à terra e moradia dignas, no plano legislativo, o relatório anual da Oxfam<sup>42</sup> demonstra a intencionalidade na perpetuação da desigualdade por parte da chamada Bancada Ruralista no que se refere aos direitos de cidadania e distribuição dos bens públicos. Segundo o relatório, a Bancada passou a pressionar pela instauração de vários dispositivos legislativos, tais como as Comissões Parlamentares de Inquérito, além de propostas de fiscalização e controle de decretos legislativos. Tais iniciativas visam o “cancelamento de decisões do Executivo que viessem a beneficiar quilombolas e povos indígenas, requerimentos de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entre outras ações parlamentares”.<sup>43</sup>

Os conflitos advindos desse modelo de ocupação de terra e dos governos geraram inúmeras cenas de violação dos direitos humanos na história brasileira. O extermínio de líderes camponeses, o esbulho de posses, a violação dos direitos aos territórios tradicionais de indígenas e quilombolas são apenas alguns dos eventos que denunciam o agronegócio como um ambiente de violação sistemática de direitos. O que podemos

---

40 Fernandes, Welch and Gonçalves, *Land Governance in Brazil*, p. 11.

41 Fernandes, Welch and Gonçalves, *Land Governance in Brazil*, p. 13.

42 Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam), ou, em português, Comitê de Oxford para o Alívio da Fome.

43 OXFAM, *Terrenos da desigualdade*, São Paulo: Oxfam Brasil, 2016, p. 21 .

dizer do exercício desse modelo em países como Moçambique? Qual a capacidade de resposta desses grupos?

Uma proposta de análise desse universo deve ser seguida do desenvolvimento de uma síntese analítica e comparativa das estratégias políticas dos camponeses nos contextos do Brasil e dos países africanos, relacionadas às formas de resistência em face dos sistemas agroindustriais desenvolvidos nos sistemas agroflorestais. Trata-se de identificar as categorias e estratégias relacionadas à permanência da temática das sociedades camponesas no horizonte da governança mundial – tanto pública quanto privada –, por meio da descrição das novas estratégias empregadas para reinventar e reinscrever os camponeses em relação aos seus territórios e as economias globais.

As análises sobre o avanço do agronegócio, os conflitos sociais e as mudanças nas formas de territorialização no meio rural têm mudado a perspectiva dos camponeses como atores passivos de tais cenários e buscam uma perspectiva comparada não apenas do processo de resistência, mas das consequências em termos da agência dos sujeitos sobre tais eventos.

Ademais, a imagem coesa dos sistemas de *plantations* também se mostra um projeto homogêneo e sem conflitos – nacional –, quando, na verdade, eles envolvem tensões entre os diferentes agentes neles envolvidos em diferentes planos e que embaralham tais relações. Uma perspectiva comparativa desses cenários se justifica pelo ainda baixo interesse nos novos arranjos sociológicos do processo de expansão das fronteiras brasileiras nos países do eixo Sul-Sul. O contexto da produção de um discurso sobre o desenvolvimento nacional “fora da nação” evoca cenários ainda não considerados no escopo do realinhamento da geopolítica mundial, ainda mais porque denotam um arranjo entre corporações em direção à privatização dos recursos naturais.<sup>44</sup>

---

44 Gustavo Lins Ribeiro, “Global Flows of Development Models”, *Anthropological Forum*, v. 23, n. 2 (2013), pp. 121-141 .

## Mediações, rupturas e continuação

A direção dos projetos globais de desenvolvimento econômico foi traçada durante a chamada “Revolução Verde” dos países do Norte para os do Sul. Tais operações se traduziram em vender insumos e comprar matérias-primas, alimentando os centros globais com a promessa de os países periféricos alcançarem o desenvolvimento. O atual paradigma das relações internacionais de cooperação promete a reorganização dos mercados globais baseados, no caso aqui proposto, na posse ou livre disposição da terra no Sul pelo Norte. Mediante uma economia moral da solidariedade entre países em desenvolvimento, trata-se agora de unir os países do Sul Global. Nesse cenário, o Brasil construiu uma posição de proximidade-superioridade em relação aos demais países, cujos camponeses percebem como eles são reintroduzidos no sistema de subalternidade global, mediante o controle da terra, do trabalho e da população.

Os constantes reclames dos camponeses moçambicanos expressam tal preocupação ao denunciar que não se trata apenas de um projeto entre países com um passado compartilhado, mas de novas estratégias de apossamento de recursos naturais pelos países do Norte sob a perspectiva de uma dominação moral e simbólica mediada pelo Brasil e sua linguagem um tanto ambígua da “dívida histórica” para com os países africanos lusófonos. A relevância de uma perspectiva comparada sobre as maneiras de mobilização contemporânea, por parte dos camponeses, em direção às formas de mediação no contexto das economias globais, sugere que tais estratégias apontam uma gama bastante complexa de formas de interação com as mudanças drásticas na paisagem rural nos países do Sul Global, que envolvem projetos políticos, científicos, ambientalistas e esforços pelo reconhecimento identitário de tais grupos.

Ademais, os esforços de “integração” diante da criação de “blocos econômicos” ainda se mantêm sob um tipo ideal que se resume “em um processo em que atores políticos de diversos países são persuadidos a transferir suas lealdades, expectativas e atividades a um novo centro, cujas

instituições assumem ou requerem jurisdição sobre os Estados”,<sup>45</sup> produzindo novas territorializações e localidades cuja ênfase é a formação de um sistema de crenças na regionalização do mundo social e sua autonomia de outros campos.

Os projetos de expansão das *commodities* nos países do Sul Global são uma realidade crescente.<sup>46</sup> Impulsionados por contextos variados, como a reconstrução nacionalista dos países em processo de descolonização, o acesso à novos mercados mundiais ou o ingresso em blocos econômicos antes marginalizados, nota-se que tais processos não devem ser vistos apenas como um projeto privado, mas ancorados em uma nova forma de fronteira internacional agrícola.<sup>47</sup>

Países como Brasil e Japão, por exemplo, aliam-se para exportar suas tecnologias agrícolas a países como Angola e Moçambique com o intuito de “desenvolvê-los” pela integração a “blocos econômicos”, sugerindo ilhas de cidadania nos ambiente globais com atores operando em redes multissituadas – mercado, ciência, direito –, e cujo significado excede os discursos sobre as fronteiras nacionais e escopo técnico para ser reconstruída no plano das moralidades e traduzidas como “dever” e “dívida histórica”.<sup>48</sup>

A ênfase nos mercados e nas cifras deixa pouca atenção à análise da relação entre os direitos étnicos e processos de territorialização em países do chamado eixo Sul-Sul, especialmente porque produz um tipo de invisibilidade moral sobre a baixa capacidade dessas atividades em gerar “divisas econômicas” na definição do que caracteriza a riqueza das nações. Nele, interroga-se sobre as condições de possibilidade da concomitância de uma economia não hegemônica dos países

---

45 Ernest B. Hass, *The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces (1950-57)*, Stanford: Stanford University Press, 1958, p.16, tradução nossa.

46 André J. Hoekema, Janine M. Ubink e Willem J. Assies (ed.), *Legalising land rights: Local Practices, State Responses and Tenure Security in Africa, Asia and Latin America*, Amsterdam: Leiden University Press, 2009 .

47 Merle L. Bowen, *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*, Charlottesville: University Press of Virginia, 2000 .

48 Banco Mundial e IPEA, *Ponte sobre o Atlântico*, p.43

emergentes que, baseada na agricultura familiar, serve de contraponto ao discurso das economias globais. Diante das lutas sociais camponesas – que buscamos expressar em números acima –, observa-se alterações nas agendas políticas, incluindo novas formas de ruralidade e temas como a proteção do ambiente e esforços pelo reconhecimento da diversidade de gênero, raça e etnia. Países como Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil registraram mudanças em suas constituições e legislação subordinada, que apontam para a reparação de ações danosas a determinados coletivos como *palenques*, indígenas e quilombolas.

No entanto, novas conjunturas globais desenharam a expansão do agronegócio para países considerados como as periferias do sistema global, como os países africanos, sugerindo indagações sobre as estratégias possíveis no horizonte das sociedades camponesas desses países. Em que medida, em tais esforços, se incluíram políticas públicas na governança estatal e privada, ainda repousam incertezas. O mesmo pode ser dito sobre as estratégias dos camponeses para enfrentar os projetos econômicos do mercado de *commodities* em face dos projetos de cooperação internacional e produção de novas territorialidades.

A análise do processo de constituição da cooperação multilateral Brasil-Japão-Moçambique denominado ProSAVANA, que descreve o conjunto de valores simbólicos produzidos no contexto da cooperação internacional, tanto pelas lutas camponesas quanto pelas agências públicas e privadas, mostra um potencial em relação não somente às formas de expansão dos capitais, mas às estratégias simbólicas de coordenação dessa expansão. Ademais, muitas iniciativas do ProSAVANA alimentam um mercado de sonhos e especulação em torno de um novo Eldorado, uma fronteira a ser transposta e que carrega todo o imaginário não somente de um mundo “selvagem” a ser “desbravado”, mas de uma população que falhou em desenvolver a si própria e que precisa ser apoiada até que consiga, segundo parâmetros absolutamente obscuros, caminhar com suas próprias pernas.

## Considerações finais

O ProSAVANA é uma grande promessa dos governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para o combate da fome e inclusão econômica dos camponeses, um dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU. No entanto, em que pese o acúmulo de experiências brasileiras nos setores do agronegócio, outras bases epistemológicas de construção do “desenvolvimento” mostram, em primeiro lugar, um contraste com a agroindústria e a monocultura, especialmente os pacotes tecnológicos e a alteração na estrutura fundiária e laboral camponesa nos países receptores. E, em segundo lugar, colocam em destaque o papel neocolonial brasileiro em relação às economias emergentes, especialmente pela reprodução de estratégias econômicas e políticas dos países centrais voltadas para o controle do domínio territorial. O estudo dessas complexas relações deixa antever a inserção do Brasil nesse novo cenário, cujo poder dos países do Sul Global se mostra mais que um quintal político das economias globais ou de novas oportunidades para a ciência se revestir de política das corporações, reinventar povos, raças e emoções.

O protesto de Abdias Nascimento nos anos 1970 chamou a atenção para a subserviência das elites brasileiras aos ideais do colonialismo. Ao denunciar o racismo brasileiro, acusou as suas formas globais de reprodução nas relações diplomáticas que prometiam o ingresso entre as grandes potências econômicas. O Brasil insistia, naquele momento, em construir a democracia racial como uma oportunidade de assimilação e branqueamento, tese correlata aos demais países coloniais que se apoiavam na assimilação econômica, como uma espécie e passaporte à uma nova era. Abdias Nascimento percebeu que a exclusão e o racismo permaneciam símbolos globais da supremacia dessas elites e a diplomacia era uma peça importante nesse tabuleiro. Sua denúncia mostrou que a subalternização da diplomacia ao racismo entre nações era o símbolo maior do genocídio dos povos colonizados e que servia a justificação de outras esferas da vida social, tal como as relações econômicas do Brasil

com países de África. Na presente análise, buscamos discutir os desdobramentos dessas ideias no que se refere às iniciativas diplomáticas em novos arranjos econômicos nos contextos das *neoplantations*. Interessou-nos a descrição de como as elites agrárias se nutrem da autoimagem cristalizada de um Brasil que, tendo superado suas desigualdades raciais, pode se candidatar a exportar sua versão colonial para os países africanos.

---

*Recebido em 12 jun. 2023*

*Aprovado em 17 abr. 2024*

---

doi: 10.9771/aa.v0i69.54102



Este texto descreve a construção social da posição brasileira no setor do agronegócio em Moçambique como uma iniciativa neocolonial em relação às economias emergentes, especialmente pela reprodução de estratégias econômicas e políticas dos países centrais voltadas para o controle do domínio territorial. O estudo dessas complexas relações deixa antever a inserção do Brasil neste novo cenário, cujo poder dos países do Sul Global se mostra um quintal político das economias globais, que busca reposicionar a imagem do Brasil como laboratório das raças a reinventar povos, hierarquias e fronteiras. A categoria “cooperação” preenche os espaços vazios da política de expansão territorial brasileira em direção ao país africano, bem como seu corolário cultural e simbólico investido na remodelação das relações históricas entre os dois países. Conclui-se que o Brasil busca remodelar sua inserção nas relações Sul-Sul, trazendo consigo dimensões autoritárias e raciais que estruturam tais relações.

Brasil | Moçambique | Cooperação Internacional | Agronegócio | ProSavana.

**WHO WILL TAKE CHARGE OF AFRICA?":  
BRAZIL AND MOZAMBIQUE IN THE CONTEXT OF SOUTH-SOUTH  
COOPERATION PROJECTS**

*This article describes the social construction of Brazil's position in the agribusiness sector in Mozambique as a neocolonial initiative toward emerging economies, especially reproduction of economic and political strategies of central countries aimed at controlling territorial dominance. The study of these complex relationships helps to understand Brazil's place in this new scenario, in which the power Global South countries appears as the political backyard of global economies, seeking to reposition Brazil's image as a racial laboratory for reinventing peoples, hierarchies and borders. The category of "cooperation" "serves as a smokescreen in Brazil's territorial expansion policy toward the African country, as well as parallel cultural efforts, with the goal of reshaping historical relations between the nations. It is concluded that Brazil seeks to reshape its role in South-South relations, bringing with it authoritarian and racial dimensions that structure these relations.*

Brazil | Mozambique | International Cooperation | Agribusiness | ProSavana.